Ética e Deontologia Profissional na Administração Pública



7 Horas | **150€**

incurso
capital humano

Apresentação
A ética e a deontologia profissional assumem uma importância central no exercício de funções na Administração Pública, na medida em que contribuem para a promoção da confiança dos cidadãos, da transparência, da integridade e da qualidade do serviço público. Num contexto de crescente exigência relativamente à atuação das instituições públicas, torna-se fundamental reforçar o conhecimento dos princípios éticos, dos deveres profissionais e das normas de conduta aplicáveis aos trabalhadores e trabalhadoras da Administração Pública. Esta ação de formação pretende sensibilizar os participantes para a importância da ética no exercício das funções públicas, promovendo comportamentos responsáveis, imparciais e orientados para o interesse público. Pretende igualmente contribuir para a prevenção de riscos éticos, conflitos de interesses, situações de favorecimento e outras práticas suscetíveis de comprometer a integridade institucional. Com uma duração de 7 horas, a formação abordará conceitos fundamentais, enquadramento normativo, deveres profissionais e mecanismos de promoção da integridade e prevenção da corrupção, privilegiando uma abordagem prática e contextualizada à realidade da Administração Pública.

Destinatários
A presente ação de formação destina-se a:

- Dirigentes superiores e intermédios da Administração Pública;
- Técnicos superiores;
- Assistentes técnicos;
- Assistentes operacionais que exerçam funções no âmbito da Administração Pública;
- Trabalhadores com funções de coordenação ou gestão de equipas;
- Técnicos com responsabilidades nas áreas de recursos humanos, contratação pública, atendimento ao público, fiscalização, gestão financeira, auditoria, controlo interno, compliance ou outras funções especialmente expostas a riscos éticos;
- Todos os trabalhadores da Administração Pública que pretendam reforçar conhecimentos sobre ética, deontologia profissional, integridade e prevenção da corrupção.

Objetivos Gerais
Capacitar os participantes para reconhecer e aplicar os princípios da ética, da deontologia profissional e da integridade no exercício de funções na Administração Pública, contribuindo para uma atuação responsável, transparente e orientada para o interesse público.

Objetivos Específicos
No final da formação, os participantes deverão ser capazes de:
 Identificar os conceitos fundamentais de ética, moral, deontologia e integridade;
 Reconhecer a importância da ética no contexto da Administração Pública;
 Identificar os princípios e valores essenciais do serviço público;
 Conhecer os deveres fundamentais dos trabalhadores da Administração Pública;
 Reconhecer situações de conflito de interesses e formas adequadas de prevenção;
 Identificar comportamentos e situações de risco ético no exercício de funções públicas;
 Compreender a importância da prevenção da corrupção e da fraude nas organizações públicas;
 Adotar práticas de conduta profissional alinhadas com os princípios da integridade, transparência e responsabilidade;

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

 Valorizar o papel individual de cada trabalhador/a na proteção da credibilidade e imagem da instituição pública.

Programa
Ética e Deontologia Profissional na Administração Pública (07H)
1. Fundamentos
1.1n Conceitos básicos: ética, moral, deontologia, integridade.
1.2 Especificidades da ética na Administração Pública: serviço ao interesse público, confiança dos cidadãos, responsabilidade.
1.3 Princípios e valores centrais: legalidade, imparcialidade, igualdade, transparência, responsabilidade, lealdade, respeito.

2. Normas e conduta no serviço público
2.1 Enquadramento normativo essencial (referência à existência de leis, regulamentos internos e códigos de ética/conduta).
2.2 Deveres fundamentais: diligência, correção, confidencialidade, neutralidade, uso adequado de informação e de recursos públicos.
2.3 Conflitos de interesses: conceito simples, exemplos frequentes e formas de prevenção (declaração, abstenção, transparência).

3. Riscos éticos e integridade
3.1 Situações de risco: favorecimento, recebimento de ofertas/vantagens, nepotismo, utilização privada de recursos públicos.
3.2 Noções básicas de prevenção da corrupção e da fraude; importância dos planos de prevenção e da cultura de não tolerância.
3.3 O papel individual de cada trabalhador/a na promoção da integridade e na proteção da imagem da instituição.

Certificação
O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt